

## AS O ILUMINISMO LUSO E A NATUREZA AMERICANA NA VIAGEM FILOSÓFICA DE ALEXANDRE RODRIGUES FERREIRA \*

PEREIRA NETO, Juscelino \*\*

Neste trabalho, pretendemos abordar a atuação dos viajantes naturalistas no século XVIII, em especial ao que se refere a América Portuguesa, mais especificamente à região Norte Amazônica no período de 1783 a 1793. Apresentaremos aqui, um período rico em narrativas sobre a ideia de natureza no Novo Mundo. Período em que as informações do naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira buscaram agrupar os seres da natureza em reinos que se tornaram ordens científicas de reconhecimento do mundo natural. Trata-se de um inventário da natureza dentro da racionalidade iluminista proposta pelo século das luzes.

Alexandre Rodrigues Ferreira foi membro da primeira turma que se formou em *Philosophia Natural*, em 1778, pela Faculdade de Philosophia da reformada Universidade de Coimbra. O naturalista, encarregado pela Coroa portuguesa, vem para o Brasil em 1782, dirigindo a primeira expedição financiada por Portugal para um empreendimento gigantesco: nomear, classificar e catalogar os reinos animal, vegetal e mineral, além de extensos relatórios sobre as sociedades colonizadora e nativa. Um trabalho de naturalista que busca aliar interesses administrativos, diplomáticos e estratégicos da Coroa aos do pesquisador que, a todo custo, desejou desempenhar a tarefa científica na América Portuguesa.

### *Alexandre Rodrigues Ferreira (1756-1815)*

Alexandre Rodrigues Ferreira nasceu no dia 27 de abril de 1756, na cidade de Salvador - Bahia. Brasileiro por nascimento, morreu em Lisboa, no dia 23 de abril de 1815, na semana em que completaria 59 anos. Jovem ainda, deixou a América portuguesa – para buscar os estudos superiores na Europa. Ao chegar a Portugal, com 14 anos, pensava nas Ciências Jurídicas, contudo, foi atraído pelas Ciências Naturais e, em dois de julho 1778, formou-se em *Filosofia Natural*<sup>1</sup> pela Faculdade de Philosophia da Universidade de Coimbra,

---

\* Este trabalho é resultado da elaboração de um capítulo para o livro *História das Idéias: viajantes, naturalistas e ciências na modernidade* (Eduem, 2010).

\*\* Graduado em História (UEM-PR). Mestrando em História (UEM-PR). Pesquisador do Laboratório de Arqueologia, Etnologia e Etno-História (LAEE-UEM). Este Trabalho conta com o auxílio da Fundação Araucária, órgão de fomento à pesquisa do Estado do Paraná. donated@hotmail.com

<sup>1</sup> No século XVIII, as ciências modernas da zoologia, botânica, geologia, entre outras, estavam todas incluídas na História Natural sendo que esta, por sua vez, fazia parte do bojo do Curso de Filosofia

então renovada pela ação cultural de Pombal. Graduado, foi convidado a ocupar uma cadeira na Faculdade, mesmo porque, dois anos antes de se formar, já era Demonstrador de História Natural. Em 1779, obteve o grau de doutor.

Desde 1764, sob a administração centralizadora do Marquês de Pombal, Sebastião José de Carvalho e Melo (1751-1777), projetaram-se reformas na área da educação e cultura. Não sem dificuldades, diga-se de passagem, pois algumas decisões poderiam colocar em risco o Estado absolutista, o que pode ser comprovado pela desarticulação das escolas jesuíticas no Brasil e Portugal. Contudo, a despeito das questões políticas conservadoras, as reformas do ensino primário, secundário e universitário foram levadas a efeito por Pombal. A reforma promovida por Pombal foi introduzida ao ensino e às universidades, instaurando as novas ideias e metodologias da *filosofia moderna* em Portugal. Na segunda metade do século XVIII, os adeptos desta *filosofia moderna* tornaram-se mais numerosos e mais conhecidos, ganhando um estatuto de maior respeitabilidade a partir de 1759 (SANTOS, 2006).

Em 1764, Domenico Vandelli, doutor da Universidade de Pádua, fora indicado, pela administração pombalina, para a Universidade de Coimbra. Cátedra em História Natural, Vandelli era um correspondente daquele que seria reconhecido mundialmente como pai da sistemática zoológica e botânica: o sueco Carl von Linné<sup>2</sup>. É relevante a presença do Cátedra italiano, Domenico Vandelli que viera da Universidade de Pádua, uma vez que seria o orientador do naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira e, na sequência, o indicaria para dirigir a Expedição à América Portuguesa que ficaria conhecida como *Viagem Philosophica*; responsabilidade que o naturalista assumiria representando sobremaneira os interesses de Portugal na Colônia.

---

Natural. A criação de novas disciplinas científicas foi, talvez, a mais importante contribuição do Iluminismo para a modernização das Ciências (HANKINS, 2004: 11).

<sup>2</sup> Carl von Linné foi um célebre naturalista Sueco. Nasceu em Rashul (província de Smaland) em 23 de maio de 1707 e morreu em Upsala em 10 de janeiro de 1778. Aficionado pelos estudos da botânica, criador da nomenclatura binomial; sua obra *Sistema Naturae* (1735), classificação denominada de “natural”, pelo fato de basear-se nas características morfológicas (formas corporais, dos órgãos, anatomia, características das células componentes, etc.) e bioquímicas (químicas interna dos organismos) dos indivíduos vegetais e animais, agrupando as espécies segundo as afinidades que apresentam. Linnaeus, entretanto, acreditava que sua classificação tinha validade por que julgava ele que a natureza era estática, ou seja, uma vez classificada a espécie animal ou vegetal esta estaria identificada para todo o sempre (BLUND, 1982).

As expedições dirigidas por naturalistas de Portugal<sup>3</sup>, na segunda metade do século XVIII, foram financiadas pela Coroa que, para além dos interesses científicos, tinha, também, um compromisso com o inventário das possibilidades econômicas oriundas dos recursos naturais das Colônias de Portugal, em particular, do Brasil. Aliás, era um alerta para providências que outros países vinham tomando, mantendo a dianteira em relação às suas colônias. Informadas, através de correspondências com as outras sociedades científicas, as autoridades portuguesas deixam-se convencer pela necessidade da promoção de pesquisas, estimulando a coleta e observações das colônias, bem como extensos relatórios das mesmas. Desta forma, a *filosofia moderna* ganha visibilidade em Portugal a partir de 1759, sob o reinado de D. Maria I.

Alexandre Rodrigues Ferreira, *o primeiro naturalista luso-brasileiro*, foi encarregado oficialmente da expedição científica denominada *Viagem Philosophica*. Um trabalho considerado, hoje, o maior empreendimento científico realizado no Brasil pela Coroa Portuguesa em todo o Período Colonial. Dentre as várias funções delegadas à expedição, podemos destacar a de descrever e catalogar os três reinos da Natureza Amazônica e parte da Bacia do Rio Amazonas. Além de um trabalho de reconhecimento das reais possessões da Coroa portuguesa, bem como a delimitação de fronteiras geopolíticas, de forma que não houvesse confusões, posteriormente, com seus vizinhos, em particular, os espanhóis.

### **A Viagem Philosophica (1783-1792) na América portuguesa**

Em 31 de agosto de 1783, o naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira e a equipe que o acompanhava deixaram Portugal com destino à América Portuguesa. As atribuições e as nomeações incluem, além do próprio Alexandre Rodrigues, apenas um jardineiro botânico e dois riscadores. Entre os biógrafos de Alexandre Rodrigues Ferreira, encontram-se informações de que a intenção de Portugal era enviar um séquito maior para compor a Expedição *Viagem Philosophica*, entre eles o próprio Domenico Vandelli. Este prestaria orientação à Expedição permanecendo no Rio de Janeiro. Houve, contudo, uma mudança de planos cuja razão não se explica senão por conjecturas, uma vez que Domenico Vandelli não os acompanhou.

No que diz respeito às forças armadas que teriam acompanhado o naturalista – como se noticia de outras expedições –, para o grande desafio pelos sertões das Capitanias da

---

<sup>3</sup> Simultânea à organização da *Viagem Philosophica*, de Alexandre Rodrigues Ferreira, foram enviados igualmente naturalistas para reconhecimento de outras colônias portuguesas de Angola e Moçambique, sendo a do Brasil a que se constituiria na mais demorada.

América Portuguesa, é preciso desfazer alguns equívocos. O que se confirma, por meio de documentos, é que, além dos dois desenhistas e o jardineiro botânico designados para compor a expedição desde Portugal, juntamente com o naturalista, um pequeno destacamento foi autorizado pelo Governador geral da Capitania do Grão-Pará para acompanhá-los, quando chegassem à América.

A *Viagem Philosophica* percorreu as Capitanias do Grão-Pará, São José do Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá, que correspondem, hoje, à Amazônia legal, além dos Estados do Pará, Amapá, Roraima, Rondônia, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

Em janeiro de 1788, por exemplo, a *Viagem Philosophica* recebeu instrução para adentrar o Rio Madeira com destino à Vila Bella da Santíssima Trindade – então capital da Capitania do Mato Grosso –, onde encontrariam o Capitão-General Luís de Albuquerque Pereira e Cáceres. No século XVIII, já era comum o embrenhar-se no sertão do Mato Grosso por terra, uma vez que, com a corrida pela mineração, iniciara-se um tráfico comercial e um fluxo migratório de pessoas saindo de São Paulo, concorrendo para que outras formas de comunicação, além da navegação, fosse incrementada.

Para executar tal empreendimento, Alexandre Rodrigues Ferreira recebeu ordens de tomar as providências necessárias para dar prosseguimento à expedição. Dessa feita, deixando a Amazônia para iniciar a investigação da paisagem do oeste brasileiro. Cabia-lhe organizar a *Viagem Philosophica* de forma que todas as provisões saíssem a contento. Da cidade de Belém, deveriam vir mais algumas tropas para a liberação de, ao menos, dezesseis homens a serviço da expedição, entre soldados e carpinteiros. Ajuntava-se, ao pedido, um ajudante de cirurgia, cem índios remeiros e um sacerdote capelão, devidamente munido de um “Altar portátil, de alguns cubos de bem examinadas, e repartidas hóstias, de Vinho, e de algumas libras de cera em velas, para tudo servir ao exercício do seu Ministério” (LIMA, 1953: p. 242-43). Eram imprescindíveis as embarcações – de preferência novas –, algumas com “toldas de palhas (...), bem construídos, com bastante chão de caverna, (...) e de sete remos por banda, por serem assim os mais próprios para aquela Navegação, (...). As seis pequenas Canoas para Pesca, e Montaria, se aprontarão na Villa de Barcellos” (Op. Cit.). Lembremo-nos que tal preocupação se fundamentava por conta de que, boa parte da expedição, seguiria por via fluvial.

A fim de conseguir todo este amparo logístico durante sua expedição pela Colônia, Alexandre Rodrigues Ferreira apresentou documento, autorizado pela rainha, para solicitar ajuda entre os administradores. Tal solicitação ordenava que um permanente serviço e pessoal estivessem à sua disposição, para que a empreitada tivesse êxito. Contudo, as

dificuldades foram frequentes. No recrutamento dos índios remeiros para a expedição, por exemplo, as cartas oficiais tratam as convocações destes nativos dentro dos critérios dos governadores. Ao que parece, havia uma resistência em oferecer braços, embarcações e provisões para a expedição.

(...) e quanto aos Índios, dos que de mais dessa Villa, se deverão aprontar nas mencionadas de Serpa, e Silves, não só na forma que já está advertido, como por efeito desta ordem, que Vm.ce, a ser preciso, mandará apresentar àqueles Diretores, os quais em tudo, e por tudo, auxiliarão a diligencia de que se trata até o ponto de ficarem sem um único Índio nas Povoações, ainda mesmo daqueles que estiverem concedidos por pescadores, ou por quaisquer outros motivos; pois que a tudo deve preferir o interesse do Real serviço, como em caso de urgência o fará Vm.ce, assim entender aos mesmos Diretores, e que por qualquer falta, ou omissão com que se comportem, serão sem duvida muito severamente castigados. Barcellos, em 21 de Julho de 1788. João Pereira Caldas (LIMA, 1953, p.261-2).

Esta era uma situação que tornava a execução da *Viagem Philosophica* um trabalho difícil, pois Alexandre Rodrigues Ferreira acusa, em algumas cartas, o quanto era problemático ficar à mercê dos atendimentos das autoridades da Colônia. Em primeiro lugar, a morosidade no atendimento às solicitações que deviam esperar, por sua vez, uma resposta vinda da Coroa em Portugal; em segundo lugar, embrenhar-se por territórios inóspitos e povoados por indígenas que ainda não haviam tido contato com os europeus. Isso era de conhecimento dos índios remeiros, aldeados que, em algumas circunstâncias, negavam-se a continuarem a viagem, causando deserções em massa. Finalmente, havia uma grande dificuldade dos governadores das Capitanias, em disporem de canoas, suprimentos, remadores e soldados para acompanhar a expedição nas incursões como mencionado acima. São situações que causaram aborrecimentos e alguns desentendimentos entre o naturalista e as autoridades coloniais.

Cabe notarmos que, em meio a tantas dificuldades, um dos desejos por vezes expresso pelo naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira em seus diários, é o de retornar, ao fim da expedição, para Portugal a fim de debruçar-se na investigação das coleções, que enviava para a Metrópole.

Para o gigantesco trabalho de reconhecimento da Natureza da América portuguesa, o naturalista designado para dirigir a Expedição se organizaria da seguinte forma: Em um primeiro momento, as informações escritas eram encaminhadas à Coroa por meio das embarcações que, esporadicamente, saíam da Cidade de Belém do Grão-Pará. Tais informações, denominadas de *Participações, Relações, Notícias, Memórias ou Tratados*, detalhavam, em extensos relatórios, todo o cotidiano da equipe no contato com os três reinos da natureza Amazônica, bem como, os nativos aldeados ou não. Além de uma farta

correspondência, composta de centenas de documentos escritos a próprio punho, ou encomendados a outros especialistas que a rainha colocou a serviço da expedição, bem como notícias de colonizadores fixados em pequenas propriedades, fazendas, ou mesmo administradores e autoridades coloniais das Vilas por onde a expedição passava.

Em segundo lugar, havia a questão do preparo das pranchas, ou seja, as imagens preparadas, principalmente, pelos dois riscadores<sup>4</sup>, Joaquim José Codina e José Joaquim Freire. Tais pranchas, que chegaram a aproximadamente 1000, deveriam ilustrar as descrições de um rio, cobra ou arbusto coletado por Alexandre Rodrigues.

Estes registros visuais só foram possíveis porque estes especialistas em desenhar animais e plantas, acompanharam toda expedição embrenhando-se pela selva, rios e igarapés da região Amazônia e região Centro-Oeste. Pelas circunvizinhanças da Cidade de Belém do Grão-Pará, acompanhou-os, também, em alguns momentos, o arquiteto, e também desenhista, italiano Antônio José Landi.

Por último, também foi incumbido aos integrantes da *Viagem Philosophica*, o preparo técnico de milhares de amostras - de espécimes animais, vegetais, minerais assim como, artefatos indígenas - que eram acondicionadas em *caixões* e cuidadosamente enviadas para o Real Gabinete de História Natural em Portugal. O trabalho de enviar para a Metrópole os materiais, principalmente os animais empalhados, contou com o trabalho do botânico Agostinho José do Cabo e de dois índios por ele instruídos.

O que resultou dos nove anos de pesquisa e coleta da equipe que formava a *Viagem Philosophica* é uma farta documentação que, ainda hoje, não foi completamente publicada e analisada. Contudo, trata-se de fontes documentais que são do interesse das mais diversas áreas do conhecimento humano.

Podemos refletir que, a partir da segunda metade do século XVIII, expedições como a comandada por Alexandre Rodrigues Ferreira, *redescobriram* colônias, territórios e possessões das nações europeias. Estas viagens exploratórias impulsionaram áreas do conhecimento que apenas se esboçavam enquanto unidades temáticas dentro de um amplo campo de saber que seria, conseqüentemente, legitimado pela Moderna Ciência, ou seja, ao se aplicar temporalidade e metodologia científica nos conhecimentos da História Natural, Biologia, Botânica, Zoologia, Farmácia, Agronomia, Agricultura, Ecologia, História, Geografia, Geologia, Mineralogia, Etnografia, Antropologia, Arqueologia e tantas outras

---

<sup>4</sup> Riscadores era como, no século XVIII, se denominavam os responsáveis pelos desenhos feitos durante uma expedição.

áreas do conhecimento, gradativamente firmam-se como disciplinas do conhecimento científico.

Alexandre Rodrigues Ferreira adentrou os afluentes do Amazonas e, de tudo que recolheu para compor as coleções, anotou no diário e registrou nas iconografias. Seu trabalho produziu um mapeamento estratégico, com conhecimento da geografia, do clima e das populações nativas. Quanto às ciências naturais, estas foram aplicadas para o conhecimento de minerais, animais e plantas. A botânica, por exemplo, ocupou uma função prática de caráter agrônomo: estudar a adaptação de certas plantas ao cultivo na Amazônia, suas utilidades enquanto fitoterápicos e investigações afins. O que podemos confirmar quando, em seus diários, Alexandre Rodrigues confirma ter obtido sucesso na busca por solos férteis para a cultura de determinados grãos ou fibras em determinadas regiões.

Suas observações também privilegiam a geologia, os tipos de vegetação e produtos da terra, também conhecidos, na época, como drogas do sertão, estes importantes na economia extrativista da região amazônica. Deste modo, Alexandre Rodrigues ocupa-se dos produtos que já eram comercializados, bem como, aqueles que se apresentavam como novidade em termos de aproveitamento, como a estopa da casca do castanheiro utilizada para a calafetação, ou seja, impermeabilização dos barcos (LIMA, 1953).

Devemos considerar, ainda, que a *Viagem Philosophica* de Alexandre Rodrigues Ferreira, em seu caráter de investigação em ciências naturais, não deixa de estar vinculada na demarcação das fronteiras entre Portugal e Espanha. Em diversos momentos, a Metrópole informa sobre a movimentação das embarcações responsáveis pelo Tratado de Limites que navegavam pelo Rio Amazonas e seus afluentes. Lembrando que os limites entre a América Portuguesa e Hispânica eram tênues geograficamente e estavam, naquele momento, sendo construídos. A ocupação portuguesa do vale do Rio Branco somente se efetivara no final de 1770, quando os portugueses tiveram o firme propósito de impedir possíveis invasões dos holandeses e espanhóis, que insistiam em avançar as demarcações. Não nos esquecendo que as zonas mais críticas da Amazônia, neste período, eram os domínios espanhóis do vice-reinado do Peru e a zona fronteira com a Guiana Francesa.

Em carta, datada de 14 de novembro de 1786, Alexandre Rodrigues Ferreira anunciou a quarta remessa de coleta de produtos naturais, na parte superior do Rio Branco, sendo que estas continham 12 volumes. Na oportunidade, ele esclarece que teria aumentado o número de remessas, não porque as espécies variassem muito de uma região para outra, mas porque, com muita facilidade, o clima contribuiria para que os espécimes coletados se estragassem. Alexandre Rodrigues afirmou ainda, que a empreitada estava exigindo muita

dedicação da equipe, e que esta, por sua vez, não poupava esforço no trabalho de viajar, observar, coletar e escrever (FERREIRA, s/d).

Alexandre Rodrigues Ferreira enviou, com pontualidade, as grandes caixas com os exemplares de minerais, vegetais, animais e cultura material indígena, assim como os relatórios e descrições dos mesmos. Em suas cartas às autoridades da Metrópole, sempre deixava subentendida a ansiedade do retorno a Portugal para debruçar-se no trabalho de classificação do material remetido durante os anos de permanência no Brasil. Refere-se, com preocupação, aos produtos coletados no que se relacionava ao transporte, acondicionamento e organização dos mesmos na Metrópole, pois Alexandre Rodrigues nunca fazia cópias de suas memórias e diários remetidos. Ao chegarem a Portugal, as grandes caixas com as remessas ficavam aos cuidados do jardineiro botânico Júlio Mattiazzi. Este será acusado, anos depois, por Alexandre Rodrigues, pela perda de muitos dos materiais coletados no Brasil.

Em 1786, Alexandre Rodrigues escreve ao ministro Mello e Castro e novamente reitera a disponibilidade de voltar.

(...) Eu, e os ditos Desenhadores, como S. Ex<sup>a</sup> tem visto, e reparado, temos padecido muito, depois da viagem do Rio Branco: mais que José Joaquim Freire, tem padecido Joaquim Codina, que desde que chegou, tem custado a restabelecer das febres, dores de estomago, e de ventre, que ali adquiriu. Por isso não vão agora mais que 28 desenhos: refletindo porem V. Ex<sup>a</sup>, que dentro em três anos montão acima de 400 os que se tem enviado, verá que as suas Informações são o seu trabalho. Creio que tem tido a felicidade de chegar às Mãos de V. Ex<sup>a</sup> Digo que creio, porque depois da ultima carta, que me escreveu Julio Mattiazzi na data de 20 de julho de 1784, nem se quer tenho sabido, se lá tem chegado as produções remetidas. E esta é a mais pungente mortificação que passo, vacilando sempre, se ao penoso trabalho, que todas elas custam em observar, recolher, e preparar sobreviverá a desgraça, de chegarem mal acondicionadas. Novembro de 1784 (LIMA, 1953, p.191-92).

Segundo estimativa resultante da reunião dos documentos e cartas feita por Américo Pires de Lima, ao longo de nove anos da expedição Viagem Philosophica, o Real Museu de História Natural recebeu um total de dezenove remessas. Destas, seguiam, em cada uma delas várias grandes caixas, frasqueiras, barris e caixas de flandres.

Nelas constavam os mais variados produtos do reino animal, vegetal e mineral, além dos artefatos indígenas ou produtos elaborados pelo homem, bem como as iconografias dos desenhadores.

### ***O Naturalista, a Natureza e a Moderna Ciência***

A decisão do Primeiro Ministro Martinho Mello e Castro (1785-1786) – ansioso por conhecer os recursos do *Brasil* e outras Colônias – seguia uma campanha de Domenico

Vandelli, de longo tempo, promovendo as pesquisas e estimulando Portugal a sair em busca de um conhecimento mais efetivo dos reais valores e riquezas de suas Colônias, através das expedições. Os ingleses e franceses saíam à frente, levando uma significativa dianteira em suas Colônias. Dessa forma, se a Coroa abominava os franceses *igualitários*, porque estes faziam uma afrontosa manifestação panfletária contra o colonialismo e os governos absolutistas, os cientistas portugueses não deixavam por menos, trocavam correspondências, buscando as últimas novidades que circulavam no mundo dos acontecimentos.

A Viagem Philosophica tinha também, por incumbência, estudar o emprego de novas técnicas e tecnologias no que se refere ao cotidiano do colonizador português, principalmente no que se estava afeito ao cotidiano agrícola. Não por acaso, o diário da expedição é pontuado por uma frequente preocupação com tais questões, um direcionamento de orientações para a agricultura com tratados de utilização do solo e experiências com a introdução de plantas exóticas possuidoras de potencial mercantil e que eram, conseqüentemente, de interesse para a Coroa.

Um ponto em comum entre as diversas expedições de naturalistas, que se realizaram no século XVIII, é a de que todas resultaram de um esforço político administrativo de suas respectivas Metrôpoles. Implicitamente, tais expedições abrigavam um potencial transferido para a posteridade, dado o fato de que as coletas, diários e memórias resultavam em pesquisas e descobertas que poderiam se estender por anos. Havia também o caráter utilitarista e um pouco mais imediato com a qual os governos encaravam todas as informações recolhidas em tais expedições. Assim, as informações dos espaços políticos, configurações da exata situação costeira, os estudos concernentes aos ventos, marés, enfim, todo conhecimento que respondesse por uma navegação segura, convertia-se em informações que refletiam, quase que de imediato, nas políticas de estratégia e administração das Colônias. Do que resulta uma História Natural com uma importância estratégica considerável, onde abundam temáticas como: riqueza florestal (flora e fauna), agricultura, pesca, minério, aspectos antropológicos, medicinais (plantas medicinais), salubridade do território, etc.

Alexandre Rodrigues Ferreira entre uma Participação e outra, no tempo que lhe restava depois de preparar os materiais descritos nos diários, ou seja, as remessas que levavam espécimes animais, vegetais, minerais e/ou artefatos indígenas para a Metrôpole, fazia anotações acerca da natureza separadamente; um trabalho de naturalista cujas anotações colocavam em prática o exercício de conhecimentos do homem de ciência. A essas anotações dava-se o nome, no século XVIII, de Memórias. Tais memórias foram o resultado de uma

ampla curiosidade científica da época, além das funções de funcionário da Coroa que, acima de tudo, tinha como prioridade as notícias de utilidade econômica.

Com entusiasmo, envia, juntamente com uma de suas primeiras remessas, uma carta à Metrópole. A carta relata os sucessos da sua função, logo que chegara à capital do Pará, e noticia as novidades da primeira remessa:

Illm.º e Exm.º Snr.

A nova resolução que tomei depois de fechada a primeira carta para V. Ex.<sup>a</sup>, faz que nesta lembrança de novo diga a V. Ex.<sup>a</sup> que mandando-me ontem S.<sup>a</sup> Ex.<sup>a</sup> a cabeça do Tapuia que vai, para eu ver se para alguma coisa servia, tal foi a sofreguidão com que vi esta rara peça, que logo fui a Palácio dizer a S. Ex.<sup>a</sup> q. ele tinha a felicidade de remeter p.<sup>a</sup> o Gabinete de S. Mag.e uma peça de q. nos Gabinetes da Europa não há exemplo. E como nem S. Ex.<sup>a</sup> nem eu podemos com direito demorar hum só dia mais uma peça como esta, logo na Embarcação q. já hoje devia partir, assentamos S. Ex.<sup>a</sup> e eu, S. Ex.<sup>a</sup> de a oferecer p.<sup>a</sup>o Real Gabinete, eu de juntam.e com ela remeter a q estava à mão. Vão pois com a dita cabeça, uma enfiada de dentes, uns poucos de colares, e braceletes de penas q. tudo vinha junto com a cabeça em uma caixa, sem poder-se a respeito disto saber mais por agora, do que, que viera de Santarém a tal caixa daqui sete, ou 8 dias de viagem (...) (LIMA, 1953, p.115-16).

Embora o naturalista não especifique à qual nação indígena teria pertencido componente tão singular desta primeira remessa, segundo Carlos Araújo Moreira Neto (1988), tudo leva a crer que a cabeça do índio apresentada ao novo Governador da capitania do Grão-Pará e enviada para Portugal, por Alexandre Rodrigues, seja de um Mundurucu.

Suas anotações deixam a impressão de que os registros seriam retomados futuramente. Assim, são inúmeras as observações no que diz respeito à etnografia, zoologia e botânica. Podemos também perceber que em todas as Memórias é possível captar o naturalista do século XVIII às voltas com um exercício da observação, coleta e classificação que se esboçava, mas que ainda não estava devidamente aprofundado, muito certamente por conta dos planos futuros de Alexandre Rodrigues incluírem um estudo de gabinete do material coletado. Com relação à metodologia adotada pelo mesmo, chama-nos a atenção o modelo sistemático adotado por ele no que se refere às classificações zoológicas e botânicas. Neste sentido, o trabalho de Alexandre Rodrigues é pioneiro no que se refere à adoção do modelo de classificação lineano; modelo este adotado pelas universidades portuguesas enquanto as francesas, tantas vezes comemoradas como o berço das ciências modernas, ainda se viam à volta com o modelo buffoniano de classificação.

Com todas as dificuldades, percalços e limitações, a Viagem Philosophica foi a única grande expedição científica portuguesa enviada à Amazônia que, em si mesma, evocou

o exercício das ciências que se estruturavam a partir do século XVIII, quando então, o naturalista esboçou em suas observações seguir a sistemática de Lineu. Um fator importante é o de percebermos que o resultado destes nove anos de trabalho de campo nos coloca diante da atmosfera intelectual que Portugal vivia neste momento. Não é possível entender o pleno sentido do trabalho de Alexandre Rodrigues como naturalista e inspetor metropolitano, sem nos reportarmos ao ambiente e momento de fecunda produção em ciências, em particular a Filosofia Natural, que encontramos na Europa do século XVIII. Deste modo, a Viagem Philosophica nos fornece elementos suficientes para questionarmos aquela percepção mais tradicional de História Moderna que não consegue ver em Portugal uma produção intelectual contundente.

É, pois, a partir desta expedição chefiada por Alexandre Rodrigues, que encontramos essa preocupação de Portugal em investigar os campos que constituíam a Filosofia Natural, não a encontrando em seus antecedentes tão claramente. Aliás, na Viagem Philosophica, o naturalista racional está presente em cada observação renovadora; quando busca as causas dos fenômenos ou quando investiga a razão de ser de um acontecimento na sociedade ou na natureza; quando, enfim, toma sobre si a responsabilidade da investigação. Eis o que caracterizava o método investigativo no século XVIII (SANTOS, 2001).

Entendia, pois, Alexandre Rodrigues, aquilo que temos hoje bem claro: a Bacia Amazônica possui uma das mais ricas floras do mundo, com igualmente riquíssima fauna, com destaque para as aves pernaltas, mamíferos arborícolas, cuja variedade de primatas, alguns tão minúsculos que podem ser acomodados na palma da mão; e aquáticos, estes abrigando duas espécies de golfinhos, duas de lontras e uma de peixe-boi. Para Michael Goulding (1993), aquilo que se constitui nas quase 30 mil espécies da flora já descritas, corresponde a um terço do total existente na América do Sul. Ao que devemos concordar com Alexandre Rodrigues Ferreira que o reconhecimento da flora e fauna da Amazônia não poderia ser trabalho para apenas um naturalista ou, apenas um século (FERREIRA, 1972).

### **O Desfecho da Viagem Philosophica**

Em três de outubro de 1792, Alexandre Rodrigues Ferreira retornou à cidade de Belém do Pará, tendo aguardado, por nove meses, a autorização para regressar a Portugal. Enquanto esperava, aproveitou para observar e descrever o fenômeno da Pororoca na confluência dos rios Guamá e Capim. Foi também durante este período de permanência na cidade de Belém que o naturalista conheceu e desposou D. Germana. Então, filha do Capitão-

general Luiz Pereira da Cunha, responsável por cuidar e enviar as grandes caixas com as remessas e relatórios do naturalista, durante os anos da expedição Viagem Philosophica, para o Real Museu de História Natural, em Portugal.

Ainda em 1792, recebeu ordens para retornar a Portugal. Sua esposa não o acompanhou, uma vez que o Capitão-general Luiz Pereira da Cunha, seu sogro, ainda não havia recebido autorização da Coroa para embarcar a filha. Em Lisboa, o naturalista foi recebido com honrarias e recompensado pelos serviços prestados à Coroa. Recebeu de D. Maria I, a condecoração com o Hábito da Ordem de Cristo. Nomeado Oficial da Secretaria de Estado dos Negócios, assumiu incumbências que, nem sempre se coadunavam com sua formação de naturalista, mas que consumiriam seu tempo de maneira considerável. Com a morte de Julio Mattiazzi, Alexandre Rodrigues assumiu a função de Diretor Interino do Real Gabinete da História Natural e, decididamente, foi afastado da atividade que tanto almejava: classificar, catalogar e estudar todo aquele material que, durante nove anos, coletara em sua Viagem Philosophica.

As frustrações de naturalista pesquisador iniciado na Moderna Ciência não estariam encerradas. Com a invasão de Portugal pelo exército napoleônico e a ocupação de Lisboa pelas tropas do Marechal Junot, o Museu de História Natural de Paris recebeu uma carta do Ministro do Interior da França, Emmanuel Cretet, sugerindo a visita de um naturalista encarregado das permutas com as instituições portuguesas. Em 1808, atendendo à solicitação do ministro francês, chegava a Portugal Etienne Geoffroy de Saint-Hilaire. As permutas entre os gabinetes e jardins botânicos franceses e portugueses acabam por se revelar em um triste espetáculo de confisco de boa parte dos acervos de história natural existentes em Portugal, principalmente aqueles encontrados no Museu de História Natural da Ajuda. Curiosamente, foi Domenico Vandelli, então Diretor do Gabinete de História Natural de Lisboa, que foi acusado de colaborar ou omitir-se de responsabilidade diante do confisco francês, coordenado pelo naturalista Geoffroy de Saint-Hilaire (GOELDI, 1895).

Posteriormente, alguns trabalhos de naturalistas franceses foram atribuídos à usurpação das Memórias de Alexandre Rodrigues Ferreira depositadas que se encontravam em Portugal, até o momento da invasão francesa. O pesquisador Emílio Goeldi (1895), em estudo e publicação que levantou parte dos originais de Alexandre Rodrigues Ferreira, acusou o zoólogo francês Geoffroy de Saint-Hilaire de praticar pilhagem com os materiais do naturalista. Ele confirmou 19 espécies de macacos vindos do Brasil e, que em Paris, foram classificados pelo zoólogo francês sem qualquer referência ao naturalista brasileiro.

O lobo-guará (*Chrysocyon brachyurus*); o boto vermelho (*Inia geoffrensis*); aves como o nosso pavão-do-mato (*Pyroderus scutatus*), anambé-preto (*Cephalopterus ornatus*) ou toropixi (*Cephalopterus ornatus*), também são espécies que aparecem nas descrições e iconografias dos desenhistas que acompanharam Alexandre Rodrigues Ferreira e que, até hoje, tem suas descrições e classificações creditadas a Geoffroy de Saint-Hilaire. Examinando as iconografias da Viagem Philosophica, é possível entender que algumas estampas inéditas foram confiscadas, caíram nas mãos do zoólogo francês, que sem nenhum escrúpulo as classificou (TEIXEIRA, 1992; CRULS, 1976; GOELDI, 1895).

Embora alguns manuscritos e iconografias, com a queda de Napoleão, retornassem oficialmente a Lisboa, o saque promovido pela ocupação francesa ocasionou um esfacelamento do acervo que compunha a Viagem Philosophica. Alguns dos materiais teriam sido encontrados nas mãos de particulares, conforme declaração de José Vicente Barboza, do Museu Bocage em Lisboa. É o caso de refletirmos o porquê do herbário coletado por Alexandre Rodrigues Ferreira encontrar-se, até hoje, no Jardim des Plantes em Paris, por sinal em péssimas condições de conservação (FERREIRA, 1992).

Ao que pese a responsabilidade e/ou omissão de Vandelli, de certa forma confirmada pela sua fuga ou banimento (?) para a Inglaterra após o saque efetuado pela invasão francesa; ou a acusação de Alexandre Rodrigues, frente ao desleixo de Julio Mattiazzi, para com o material que o luso-brasileiro coletou e enviou da Colônia para o Museu da Ajuda, durante nove anos, não podem realmente ser ignorados. Podemos imaginar o que aconteceu após o herbário da Viagem Philosophica seguir para Paris, ser simplesmente deixado em algum depósito e, inevitavelmente, ter suas etiquetas de identificação perdidas ou misturadas, dando fim a anos de intenso trabalho de coleta e classificação.

Contudo, quando ocorreu a invasão das tropas napoleônicas em Portugal (1808), já se iam quinze longos anos do regresso do naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira a Portugal; quinze anos em que jaziam as coleções da Amazônia brasileira depositadas no Real Gabinete de História Natural de Lisboa, à espera do trabalho de identificação. Ao que parece, a burocracia seguia um ritmo bem diferente das ciências em Portugal. O resultado foi que a classificação dos materiais coletados na Amazônia, bem como o reconhecimento devido ao naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira, através das publicações de suas memórias, não viria a público. Não antes de o naturalista falecer.

A invasão francesa, a transferência da Família Real para o Brasil com um numeroso corpo diplomático e, acima de tudo, o compromisso com a Inglaterra, favoreceu a, conseqüente, Abertura dos Portos (1815) na, então, Reino Unido de Portugal, Brasil e

Algarves. Tal fato propiciou a vinda de eminentes homens de ciência ao novo reino português na América do Sul. Um período que grassou o interesse dos sábios estrangeiros pelas terras e habitantes do Brasil, o que resultou em grande contribuição de nosso país para com o estudo das ciências naturais.

A partir desse momento, muitos europeus, ilustres ou não desembarcaram na cidade do Rio de Janeiro e, após estagiarem pelos arredores da capital do novo Reino Unido, circularam e ou se estabeleceram pelo restante deste.

Tratava-se de especuladores de terras, comerciantes urbanos, prósperos investidores, professores e homens de ciência. Esses últimos com objetivos bem definidos em relação à grande atração que sobre o resto do mundo exercia o ecossistema americano, em especial o Brasil, dada a oportunidade que se oferecia na busca por novas espécies, doenças, curas, fenômenos geográficos, climáticos...

Enquanto isso, Alexandre Rodrigues Ferreira, ainda em Portugal, lamentava a pilhagem dos 9 anos de coleta que fizera na América Portuguesa. Lembra-nos Emílio Goeldi que o naturalista já se preparava para fazer parte do séquito que acompanhou a arquiduquesa D. Maria Leopoldina para o seu consórcio com D. Pedro no Brasil, fato que ficou conhecido como a Expedição Alemã (1817-1820) que, entre artistas e pesquisadores, trariam o naturalista Carl Friedrich Philipp von Martius e o zoólogo Johan Baptist von Spix. Entretanto, uma fatalidade faria com que Alexandre Rodrigues não somente deixasse de acompanhar a expedição da arquiduquesa, como nunca mais cruzasse o Atlântico em direção ao Brasil.

O naturalista, que sobreviveu a 39.000 quilômetros pelas matas inóspitas, espreitado pelos perigos dos assaltos dos gentios, dos animais e patógenos, deixou-se vencer pela depressão, entregando-se a um entorpecimento dos sentidos através do alcoolismo. Em 23 de abril de 1815, morre vítima das sequelas do álcool. Um final que, durante algum tempo, seus biógrafos (CABRAL, 1876; GOELDI, 1982; ROQUETE-PINTO, 1933; CORRÊA, 1939), preferiram ocultar, ao afirmar que sua morte teria sido causada somente pelo desgosto ou melancolia, talvez por acreditarem que a condição humana está descolada do homem de ciência.

### ***Referências:***

CABRAL, Alfredo do Valle. **Alexandre Rodrigues Ferreira:** notícias das obras manuscritas e inéditas relativas à Viagem Philosophica. Annaes da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, v. 1, 1876-1877.

FERREIRA, A. R. **Viagem Filosófica pelas capitanias do Grão Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá**. Memórias Zoologia e Botânica. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1972.

FERREIRA, Alexandre Rodrigues. A proposito de uma estampa representando de um indio Cambeba (Memoria). **Revista Nacional de Educação**. Rio de Janeiro, n. 07, abr., p.67-72, 1933.

FERREIRA, Alexandre Rodrigues. **Viagem filosófica ao Rio Negro**. Belém: Círculo do Livro; Museu Emílio Goeldi, [s/d].

LIMA, Américo Pires de. (Org. dos documentos). **O Doutor Alexandre Rodrigues Ferreira**. República Portuguesa. Agência Geral do Ultramar. Divisões de Publicações e Biblioteca, 1953.

ROQUETE-PINTO, Paulo. Um Naturalista Brasileiro. **Revista Nacional da Educação**. Rio de Janeiro, n. 13-14, p. 20-23, out./ nov. 1933.

SPIX & MARTIUS. **Viagem pelo Brasil 1817-1820**. Tradução: Lúcia Furquim Lahmeyer. São Paulo: Ed. Melhoramentos, 1968.

BLUND, Wilfrid. **El Naturalista. Vida, obra y viajes de Carl von Linné (1707-1778)**. Barcelona (edición española): Ediciones del Serbal, 1982.

HOLANDA, Sergio Buarque de. **Visão do Paraíso: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2000.

CORRÊA FILHO, Vergílio. **Alexandre Rodrigues Ferreira, vida e obra do grande naturalista**. São Paulo: Nacional, 1939.

CRULS, Gastão. **Hiléia Amazônica. Aspectos da Flora, Fauna, Arqueologia e Etnografia Indígenas**. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1976.

GOELDI, Emilio August. **Alexandre Rodrigues Ferreira**. Brasília: Universidade de Brasília, 1982.

GOELDI, Emilio August. **Dr. Alexandre Rodrigues Ferreira**. Mormente em relação as suas viagens na Amazônia e sua importância como naturalista. Pará: Alfredo Silva, 1895.

GOULDING, M. Rios Amazônicos e sua Biodiversidade. In: MONTEIRO, Salvador; KAZ Leonel (Org.). **Amazônia - Flora Fauna**. Rio de Janeiro: Alumbamento, 1993, p. 75-204.

HANKINS, Thomas L. **Ciência e Iluminismo**. Lisboa: Porto Editora, 2004.

HOLANDA, Sergio Buarque de. **Monções**. São Paulo: Brasiliense, 2000.

MAYR, E. **O Desenvolvimento do Pensamento Biológico**: diversidade, evolução e herança. Tradução: Ivo Martinazzo. Brasília, DF: Universidade de Brasília, 1998.

MOREIRA NETO, Carlos de Araújo. **Índios da Amazônia de maioria a minoria (1750-1850)**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1988.

PAPAVERO, N.; PUJOL-LUZ, José R. **Introdução Histórica à Biologia Comparada, com especial Referência à Biogeografia**. IV. De Descartes a Leibniz. Rio de Janeiro: EDUR, 1997.

SANTOS, E. M. A M. **A Viagem Philosophica: O naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira e a paisagem brasileira do século XVIII**. Dissertação de mestrado apresentado ao Programa de Pós-graduação em Geografia – Universidade Estadual de Maringá – UEM. Maringá, 2001. 359 páginas.

SANTOS, E. M. A M. **Dos Cometas do Nordeste aos Tesouros da Amazônia: os Jesuítas João Daniel e Jose Monteiro da Rocha no contexto das ciências naturais do século XVIII**. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em História – Universidade Federal do Paraná – UFPR. Curitiba, 2006. 319 páginas.

TEIXEIRA, D. M. **Um espelho distante**: Os resultados Zoológicos da Expedição de Alexandre Rodrigues Ferreira. IN: ASSOCIAÇÃO Promotora da Instrução (Ed.). **Viagem Philosophica: Uma redescoberta da Amazônia**. Rio de Janeiro: Index, 1992, p.63-79.